

Joelmir Beting

Rota de colisão

Divida ext.

Titular de um décimo da dívida brasileira, o Japão ensaia solicitar uma reunião extraordinária do FMI para uma urgente avaliação do "caso Brasil" e de seus prováveis desdobramentos em escala universal. Mais para o pragmático do que para o diplomático, o Japão acredita na difusão incontornável do "mau exemplo" brasileiro. Outros endividados do Terceiro Mundo, bem mais enclacrados que o Brasil, ameaçam suspender o pagamento da dívida, desatrelando-se dos controles remotos operados pelo FMI.

Na antevisão dos japoneses, filtrada pelo "Mainichi Daily News", de Tóquio, o que está em jogo é a falência política do FMI, e não a falência técnica do Brasil. Na posição de maior devedor (e até então de melhor pagador), o Brasil tem massa crítica suficiente para produzir um "vácuo de autoridade" no sistema financeiro internacional — que ainda tem no FMI seu único auditor ou xerife.

Para o Japão, o sistema está a perigo e não foi avisado.

Revisão geral

O interessante é que os países devedores também pensam em convocar o FMI para uma assembleia-geral extraordinária de todos os 159 países — membros — e não apenas, como pretende o Japão, uma reunião de emergência do seu comitê diretor. Essa assembleia extraordinária foi sugerida, em 1982, pelo Grupo de Cartagena (que reúne os 11 maiores devedores da América Latina).

O vasto cordão dos endividados quer reformular de alto a baixo o sistema financeiro internacional e rediscutir o papel do FMI dentro desse sistema. Até aqui, o FMI vem funcionando como "patrulha expedicionária" dos banqueiros privados nas contas e nos planos dos países devedores. Mais que um auditor das contas, o FMI atua como monitor dos planos, ditando as políticas de "ajuste econômico" — devedor sob intervenção externa.

O Terceiro Mundo gostaria que o FMI fizesse o mesmo trabalho de auditoria e monitoramento nos governos dos países credores, começando pelos Estados Unidos, titular da moeda universal...

Pode colidir

Em um livro "Os juros subversivos" (Brasiliense, 11ª edição), lançado em agosto de 1985, sustento a tese de que o sistema está em rota de colisão: o "titanic" dos credores deve colidir com o "iceberg" dos devedores "por volta de setembro de 1988". Na exposição da catástrofe com data marcada, coloco exatamente uma moratória do Brasil, em agosto de 1987, com tiro de partida da derrocada de um sistema injusto, que nasceu torto, cresceu torto e haverá de morrer torto. Na minha cartomancia de repórter da dívida, sustento no livro que o Brasil, a Argentina e o México, os três mutuários de uma poupança do tamanho de um quarto de trilhão de dólares, teimariam em honrar o serviço da dívida até meados de 1987. Então, literalmente exauridos, dariam um basta na rotina bancária e partiriam para um solução negociada em termos necessariamente políticos. Claro, com os pagamentos interrompidos.

A moratória unilateral dos três grandes da dívida seria acompanhada, no espaço de seis meses, por dezenas de devedores da América Latina, Oriente Médio, África Negra, sudeste asiático e Europa Oriental.

Mudar o curso

Até agora, a rota de colisão descrita no livro (e fartamente discutida com Fidel Castro no terceiro capítulo — da página 45 à página 118) permanece irretocável. Por uma simples e boa razão: o lado credor, o do "titanic", exige que o lado devedor, o do "iceberg", saia do curso, promova "ajustamentos" das coordenadas da crise.

Pois até o papa João Paulo II, que não é do ramo, acaba de ligar o desconfiômetro:

— Por Cristo (exclamação) quem deve mudar de curso para evitar a colisão que se aproxima na cerração do futuro é o navio de luxo e não o bloco de gelo...

Cá entre nós: desde 1982, a América Latina vem tentando alterar a rota do "iceberg", executando dolorosos "ajustes" internos. Até agora, a massa fantástica permanece imperturbável em seu deslocamento telúrico.

O mundo mudou

Uma advertência: no impacto, quem vai para o fundo é o navio e não o gelo. Os devedores nada mais têm a perder. Bem ao contrário...

Compete, pois, ao "titanic" dos credores a iniciativa da mudança de rota. De que maneira? Renegociando contratos, espichando prazos, rebaixando taxas, refinanciando juros, reabrindo créditos e vinculando o serviço da dívida ao saldo comercial do devedor. E mais: que o FMI volte a cuidar das moedas sem disciplina, intervindo sobre o livre curso do dólar americano. De preferência, monitorando também as políticas econômicas do bloco credor, começando por certos orçamentos que emanam do salão oval da Casa Branca.

Absurdo? Bem, haverá absurdo maior que pretender sacar do Terceiro Mundo, nos próximos 17 anos, pela dívida já contratada, US\$ 145 bilhões por ano, so de juros?